

PROJETO DE LEI 040/2025

BARRO, 28 DE NOVEMBRO DE 2025.

INSTITUI A GRATIFICAÇÃO DE  
INCENTIVO À EFICIÊNCIA E  
PRODUTIVIDADE DO SECRETÁRIO  
ESCOLAR NO ÂMBITO DA REDE  
MUNICIPAL DE ENSINO DE BARRO E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO, Estado do Ceará, aprova e o  
Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída, no âmbito do Município de Barro, a Gratificação de Incentivo à Eficiência e Produtividade do Secretário Escolar (IEP), destinada aos profissionais que desempenham a função de Secretário Escolar nas unidades da Rede Municipal de Ensino.

**Parágrafo Único:** O Secretário Escolar poderá responder, concomitantemente, por até 03 (três) escolas da rede municipal de ensino, contudo, não poderá cumular a referida gratificação.

**Art. 2º** A gratificação tem por finalidade estimular a qualidade do trabalho administrativo e a eficiência na gestão escolar, especialmente nas atividades de alimentação de dados oficiais, gestão de matrículas e manutenção da permanência dos alunos na escola.

**Art. 3º** A Gratificação será concedida anualmente, ao Secretário Escolar que, cumulativamente:

I – esteja devidamente nomeado ou designado para a função durante o período de referência;

II – cumpra integralmente e dentro do prazo todas as etapas do Censo Escolar da Educação Básica, conforme as normas do INEP e cronograma oficial;

III – não apresente inconsistências ou omissões nos dados enviados, após a conferência e ratificação final do Censo;

IV – mantenha ou amplie o número de alunos matriculados na escola, em relação ao ano anterior, comprovado por dados do próprio Censo Escolar;

V – contribua para a permanência e redução da evasão escolar, comprovada pela relação entre matrículas iniciais e finais no ano letivo;

VI – participe das capacitações ou formações promovidas ou reconhecidas pela Secretaria Municipal de Educação relacionadas à gestão escolar e ao sistema Educacenso;

VII – exerça com zelo e eficiência as seguintes atribuições e deveres inerentes à função:

a) Coordenação e execução das atividades administrativas da secretaria escolar, assegurando o funcionamento eficiente da unidade;

b) Gestão documental, mantendo organizados e atualizados os arquivos escolares, livros de registros, coletânea de normas e legislação educacional;

c) Atendimento e comunicação, prestando informações a alunos, pais e professores, redigindo correspondências, atas e comunicados oficiais;

d) Elaboração de relatórios, incluindo os Relatórios de Atividades Escolares e demais documentos solicitados pela Secretaria Municipal de Educação;

e) Gerenciamento de matrículas e transferências, zelando pela regularidade dos registros acadêmicos e pela emissão de documentos escolares;

f) Alimentação dos sistemas oficiais, como o SIGE, SISP, SISPAIC, SAAP e Educacenso, garantindo a precisão e atualização das informações;

g) Apoio à gestão escolar, colaborando com a direção e a coordenação pedagógica no planejamento, reuniões, expedição de documentos e suporte administrativo;



h) Participação no planejamento pedagógico e institucional, contribuindo para o alcance das metas educacionais e administrativas da escola.

**Art. 4º** O Secretário Escolar perderá a gratificação prevista nesta norma, nas seguintes hipóteses:

- I. Se o servidor foi retirado do sistema;
- II. Se houver redução de carga horária;
- III. Se o servidor se recusar a assinar por mais de 01 escola;
- IV. Se o servidor não estiver habilitado em suas funções, as quais serão avaliadas pela SME;
- V. Se não tiver mais de 02 faltas injustificadas no mês;
- VI. Se o servidor fizer uso exacerbado de atestados ao mês de forma que prejudique o andamento dos trabalhos;
- VII. Se perder o prazo para alimentação dos sistemas;
- VIII. Se não estiver presente todos os dias na unidade escolar, ao menos em uma das quais responde; e
- IX. Se não obedecer a Resolução nº 0483/2020.

**Art. 5º** A Secretaria Municipal de Educação será responsável por:

- I – acompanhar o cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta Lei;
- II – validar o envio e a consistência dos dados censitários;
- III – elaborar relatório anual de desempenho das escolas e relação dos secretários elegíveis à gratificação;
- IV – publicar portaria regulamentando os critérios técnicos de apuração e o período de referência.

**Art. 6º** A gratificação será custeada com recursos próprios do FUNDEB, observadas as disposições legais e a disponibilidade orçamentária vigente, sendo

variável de acordo com o porte da unidade escolar, conforme o número de alunos regularmente matriculados, nos termos do anexo I.

**Art. 7º** A gratificação instituída nesta Lei não se incorpora à remuneração para qualquer efeito e não servirá de base de cálculo para aposentadoria ou outras vantagens.

**Art. 8º** Qualquer omissão ou regulamentação que decorrer desta lei, será estabelecida mediante decreto.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal do Barro – CE, 28 de novembro de 2025.



HÉRICLES GEORGE FEITOSA ALBUQUERQUE  
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

Quantitativo de Alunos	Valor da Gratificação (R\$)
até 100	800,00
de 101 a 150	900,00
de 151 a 600	1.000,00